



EDITAL – RETIFICADO

EDITAL N.º 12/2020	PREGÃO PRESENCIAL
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA
TIPO DE LICITAÇÃO	MENOR PREÇO
DATA	17 DE MARÇO DE 2020
HORÁRIO	10H
LOCAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS – RUA XV DE NOVEMBRO, Nº 15, CENTRO TRIUNFO/RS – SALA DE LICITAÇÕES

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO**, no uso de suas atribuições, por intermédio da Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com o disposto na Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e respectivas alterações, e demais disposições, Lei Complementar n.º 123/06, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal n.º 1.841 de 24 de setembro de 2010, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e posteriores alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, que está aberta Licitação, sob a modalidade Pregão Presencial, tipo Menor Preço, autorizado pelo processo n.º 113/2020 a ser realizado em sessão pública, conduzido por Pregoeiro (a) e sua equipe de apoio, nomeada pela Portaria n.º 1.161 de 4 de julho de 2019, observando-se as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. OBJETO

O presente Pregão tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA**, conforme especificado neste Edital e em seus anexos.

1.1. A licitante será responsável pelos encargos sociais, taxas, impostos e quaisquer outros tributos e/ou despesas que incidirem sobre o serviço, como também em qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, referentes ao pessoal utilizado nos serviços, inclusive no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal decorrentes dos serviços de qualquer tipo de demanda.

1.2. O contrato não poderá ser terceirizado.

1.3. A licitante deverá assumir o compromisso formal de executar todas as tarefas objeto do presente Edital com perfeição e acuidade, mobilizando, para tanto, profissionais capacitados e submetidos a prévio treinamento.



1.4. Todo pessoal em serviço, deverá estar munido de equipamentos de segurança para o desempenho de suas tarefas, bem como uniformizados, e, sempre que ocorrer falta de pessoal, a licitante deverá providenciar a sua imediata substituição.

1.5. A licitante deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração e cujas reclamações se obriga a atender prontamente, mantendo no local dos serviços a supervisão necessária.

1.6. A licitante se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições básicas de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.

1.7. A licitante será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao CONTRATANTE, ou a terceiros, provocados por seus funcionários, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.

1.8. Os serviços contratados serão fiscalizados pela secretaria solicitante, podendo determinar a paralisação dos serviços, caso não se encontrem de conformidade com os padrões estabelecidos no edital e no contrato.

1.9. Poderá a Administração intervir na prestação dos serviços, sempre que estes não estiverem em conformidade com o que estabelecer a licitação e o contrato e neste caso, a Intervenção, far-se-á por decreto.

1.10. Os serviços deverão ser executados conforme Ordens de Serviços emitidas pela Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Públicos.

1.11. A empresa contratada deverá indicar, no momento da assinatura do contrato, um representante que será o contato direto do município com a mesma.

1.12. É vedada a participação nesta licitação de cooperativas, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.690/2012, na medida em que o objeto licitado, pela sua natureza, exige mão de obra subordinada.

2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

Deverão ser entregues ao (a) Pregoeiro (a), na Sala de Licitações, na data, horário e no endereço referidos, 2 (dois) envelopes, **obrigatoriamente com as seguintes indicações externas:**

No primeiro envelope:

Pregão Presencial N.º 12/2020

Envelope Nº 01 – Proposta de Preços

Licitante (denominação social completa da empresa)



No segundo envelope:

Pregão Presencial N.º 12/2020

Envelope N.º 02 – Documentação

Licitante (denominação social completa da empresa)

2.1. Credenciamento

A licitante deverá fazer-se presente junto ao (a) Pregoeiro (a) mediante **somente um representante legal**, conforme instruções abaixo.

2.1.1. O Credenciamento do Representante Legal da licitante deverá ser da seguinte forma:

I - caso o representante **seja sócio-gerente ou diretor da empresa** deverá apresentar Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social;

II - caso o representante **não seja sócio-gerente ou diretor**, o seu credenciamento far-se-á mediante a apresentação de um dos documentos abaixo:

a) Carta de Credenciamento (conforme modelo do Anexo II) assinada pelo representante legal da empresa, com reconhecimento, cuja comprovação far-se-á por meio da apresentação Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social (conforme subitem 4.1.I).

b) Instrumento Público de Procuração, que conceda ao representante poderes legais.

c) Instrumento Particular de Procuração, com assinatura reconhecida, que conceda ao representante poderes legais, sendo que, se for concedido **por sócio-gerente ou diretor**, esta condição deverá ser comprovada, ou se for assinada por outra representante, que **não seja sócio-gerente ou diretor**, este deverá ter poderes para assinar o referido documento, sendo que a comprovação far-se-á por meio dos documentos que comprovem tal condição.

2.1.2. O Credenciamento, juntamente com os documentos de sua comprovação, autenticados, não serão devolvidos e deverão ser apresentados no início da sessão pública de Pregão, fora dos envelopes de preços (01) e da documentação (02).

2.1.3. Para exercer o direito de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer é obrigatória a presença de representante legal da licitante em todas as sessões públicas referentes ao pregão.

2.1.4. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa e deverá estar munido de Cédula de Identidade.

2.1.5. Tanto na Credencial como no Instrumento de Procuração (Público ou Particular) deverá constar, expressamente, os poderes para formular lances, negociar preços e



praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

2.2. No momento do credenciamento:

2.2.1. A licitante que pretender utilizar os benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar **Declaração de que se enquadra como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte** (conforme Anexo VI), assinada por representante legal e por contador ou técnico contábil da empresa.

a) A declaração citada deverá conter o número de inscrição do profissional no Conselho Regional de Contabilidade – CRC e a assinatura do mesmo.

2.2.2. A licitante deverá apresentar **Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação** (conforme modelo anexo V), assinada pelo representante legal da empresa, sob pena de não participar da licitação, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/02.

3. DA PROPOSTA – Envelope nº 01

A licitante deverá apresentar a proposta em 1 (uma) via, **original ou cópia autenticada**.

3.1. A proposta deverá ser entregue em envelope lacrado e poderá ser apresentada no **Anexo III** (Formulário padrão para preenchimento da Proposta), devendo ser preenchida por meio mecânico, sem emenda, rasura ou entrelinhas, **datada e assinada por representante legal da empresa**. A proposta deverá apresentar, também, a **razão social, n.º do CNPJ-MF** da licitante e o **nome completo de seu signatário**.

3.1.1. No caso da licitante apresentar a proposta de preço em formulário próprio, deverá obedecer ao descritivo do item, quanto à ordem, à quantidade e à característica.

3.2. A proposta deverá conter **VALOR GLOBAL MENSAL** para os serviços, **com 2 (duas) casas após a vírgula**, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

3.2.1. O preço proposto será considerado completo e deverá abranger os custos relativos a todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais, parafiscais e previdenciárias), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis trabalhistas e sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, licenciamentos, instalações, mobilização, recuperação de passivos ambientais, transporte de material e pessoal e qualquer despesa acessória e/ou necessária não especificada neste instrumento convocatório.

3.2.2. A proposta deverá ser apresentada conforme Planilhas de Custos e Formação de Preços - Anexo IX do Edital, a fim de demonstrar como resultou o preço proposto, considerando todos os insumos que compõem estes valores e com a discriminação detalhada dos encargos sociais sobre os custos de mão-de-obra. Deverão ser



considerados os quantitativos mínimos de mão-de-obra, equipamentos, uniformes, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e ferramental, conforme o projeto básico. Poderá ser utilizado o modelo de planilha constante deste edital.

3.2.3 Nas planilhas de composição de custos deverão estar discriminados, separadamente, os valores unitários e total de despesas com mão-de-obra, materiais e equipamentos, exceto os equipamentos manuais, para fins de atender Instrução Normativa 971-2009, do INSS.

3.2.4. O prazo de validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias contados da data da sessão de recebimento dos envelopes.

3.2.5. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste edital, tampouco as propostas que contiverem apenas o oferecimento de redução sobre a proposta de menor preço.

4. DA DOCUMENTAÇÃO - Envelope n.º 2

A documentação deverá ser apresentada, em envelope lacrado, em 1 (uma) via, original ou cópia autenticada por Tabelião ou, previamente, por servidor da Prefeitura Municipal de Triunfo, ou publicação em órgão de imprensa oficial, os seguintes documentos:

4.1. Habilitação Jurídica

I - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente, registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.

a) A licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado acima, devendo vir acompanhado de todas as alterações posteriores, caso houver.

b) Ficará dispensada do documento solicitado neste inciso, a licitante que já o tiver apresentado, no presente certame, para fins de comprovação junto ao credenciamento.

c) Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem, além de toda a documentação exigida, o ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social (Ato Constitutivo).

II - Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, Declaração da licitante, sob as penas da lei, de que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública e Declaração de que não possui em seu quadro societário sócio que seja servidor público municipal do órgão contratante, assim considerados aqueles do artigo 84, caput e parágrafo 1.º, da Lei n.º 8.666/93, (conforme modelo do Anexo IV), **assinada**



por representante legal da empresa que ora se habilita para este certame, com data de expedição não superior a 30 (trinta) dias.

4.2. Habilitação Fiscal

I - Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, em vigor.

II - Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da empresa que ora se habilita para este certame, em vigor.

III - Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, (contemplando todos os tributos de competência da esfera de governo), conforme legislação tributária do Município expedidor da empresa que ora se habilita para este certame, em vigor.

IV - Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, da empresa que ora se habilita para este certame, em vigor.

V - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal da empresa que ora se habilita para este certame, comprovando que seu ramo de atividade é compatível com o objeto contratado.

VI - Prova de inscrição no CNPJ (art. 29, inc. II da Lei Federal n.º 8.666/93.), da empresa que ora se habilita para este certame.

4.2.1. As certidões mencionadas nos subitens 4.2.I a 4.2.III que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 6 (seis) meses.

4.2.2. A licitante que se enquadrar no regime diferenciado e favorecido, previsto na Lei Complementar n.º 123/06, e que possuir restrição na comprovação da regularidade fiscal, disposta no subitem 4.2 deste edital, terá sua habilitação condicionada à regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da sessão pública que a declarar detentora da melhor oferta.

a) O prazo citado poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo prazo.

b) O benefício não eximirá a licitante de apresentar na sessão pública todos os documentos exigidos para efeito de comprovação da regularidade fiscal, ainda que possua alguma restrição.

c) A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital.



4.3. Habilitação Trabalhista

I - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, em vigor.

4.4. Qualificação Econômico-Financeira

I - Certidão Negativa de Falência e Concordata, em vigor, expedida pelo distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica (matriz ou filial). As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 30 (trinta) dias.

II - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis, do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, acompanhadas de notas explicativas, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devendo o licitante apresentar, já calculados, os seguintes índices, sob pena de desclassificação, mediante a aplicação das fórmulas abaixo:

n.1) Índice de Liquidez Corrente (LC)

n.2) Índice de Liquidez Geral (LG)

n.3) Solvência Geral (SG)

Referente ao último exercício social. Tais indicadores deverão ser calculados como segue:

$$LC = (AC / PC)$$

$$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

$$SG = (AT - DA) / (PC + ELP)$$

Onde:

AC Ativo Circulante

RLP Realizável a Longo Prazo

PC Passivo Circulante

ELP Exigível a Longo Prazo

AT Ativo Total

DA Despesas Antecipadas

PLA – Patrimônio Líquido Ajustado = (Patrimônio Líquido – Despesas Antecipadas + Resultado de Exercícios Futuros).

Os valores mínimos para tais indicadores são:

$$LC \geq 1,00$$

$$LG \geq 1,00$$

$$SG \geq 1,00$$



4.5. Qualificação Técnica

I - Prova de registro ou inscrição da licitante na entidade profissional competente (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA), em vigor, emitida pelo CREA da jurisdição da sede da licitante.

II - Declaração formal com indicação do Responsável Técnico pela execução do objeto da contratação, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), pertencente ao quadro permanente da empresa na data da apresentação da proposta.

III - A Comprovação de que o Responsável Técnico pertence ao quadro permanente da empresa deverá ser efetuada mediante a apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou contrato de prestação de serviços, ou, ainda, no caso de sócio da empresa, por meio do Ato Constitutivo e/ou Contrato Social.

IV - Prova de registro ou inscrição do Responsável Técnico indicado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA).

V - Para a **Capacitação Técnico-Operacional**, através da apresentação de Atestado / Certidão, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante possui aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, devendo constar, no mínimo, os serviços de capina manual e corte de grama (roçada).

VI - Para a **Capacitação Técnico-Profissional**, através da apresentação de Atestado / Certidão, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, que comprove a execução pelo Responsável Técnico indicado de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação.

4.6. As Declarações que não tenham sido assinadas por sócio-gerente ou diretor da empresa, identificado no Ato Constitutivo, deverão vir acompanhadas de Procuração ou Credenciamento que conceda poderes ao signatário.

4.7. Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes, unicamente, à **matriz** ou à **filial** da empresa que ora se habilita para este certame licitatório. Os documentos devem ser em nome de **uma única empresa (razão social e CNPJ), salvo as certidões que somente são emitidas no CNPJ da Matriz.**

4.8. As empresas portadoras do **Certificado de Registro Cadastral – CRC**, expedido pelo Setor de Cadastro do Município de Triunfo poderão usá-lo em substituição aos documentos referidos nos itens 4.1 – II; 4.2 – I ao VI; 4.3.1.

4.8.1. O CRC **não será considerado** para efeitos de habilitação em certame licitatório, quando apresentar documentação com prazo de validade vencido. Neste caso, a licitante poderá providenciar, **com antecedência**, junto ao Setor de Cadastro, as



atualizações que se fizerem necessárias no CRC **OU** anexar ao CRC (no envelope Documentação), os documentos atualizados.

4.8.2. O **CRC** é de uso **facultativo**, contudo as licitantes que desejarem obtê-lo ou renová-lo deverão providenciar o cadastramento até o **3º dia** anterior à data do recebimento das propostas deste certame, conforme previsto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

NOTA IMPORTANTE

1. Em caso de paralisação (greve) dos servidores de órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer esfera de Poder (Legislativo, Executivo e Judiciário), que impeça a expedição de documentos oficiais, a habilitação da licitante ficará condicionada à apresentação do documento que não pôde ser apresentado na data da abertura dos envelopes do certame, em até 5 (cinco) dias úteis após encerramento da greve.

1.1. No caso de apresentação de certidão positiva (ou documento que demonstre que a licitante está irregular perante determinado órgão), haverá a inabilitação em razão de fato superveniente, de acordo com o previsto no artigo 43, parágrafo 5.º, da Lei n.º 8.666/93.

1.2. Caso já esteja estabelecida a relação contratual (nota de empenho e/ou contrato), vindo o contratado apresentar certidão positiva (ou documento que demonstre que a licitante está irregular perante determinado órgão), ocorrerá a rescisão contratual, por inadimplemento de cláusula do contrato, conforme artigo 55, inciso XIII c/c artigo 78, I, da Lei n.º 8.666/93.

5. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

5.1. Escolhido o licitante vencedor, caso não haja recurso ou decorridos os prazos recursais, o (a) Pregoeiro (a) adjudicará os itens à licitante detentora da melhor oferta e encaminhará o procedimento licitatório para homologação pelo Senhor Prefeito Municipal.

5.1.1. Caso haja recurso, os interessados poderão apresentar as razões do recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do dia subsequente à realização do Pregão, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a contar do primeiro dia útil após o término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

5.1.2. Os licitantes deverão protocolar seus recursos no Protocolo Geral do Município de Triunfo, dentro do prazo recursal.

5.1.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação dos itens da licitação pelo (a) Pregoeiro (a) ao vencedor.



5.1.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

5.2. Ao Município fica assegurado o direito de revogar ou anular a presente licitação, em parte ou no todo, em decisão justificada. Em caso de revogação ou anulação parcial do certame, o Município poderá aproveitar as propostas nos termos não atingidos pela revogação ou anulação e na estrita observância aos critérios de julgamento previstos neste edital, nas Leis n.º 8.666/93 e suas alterações, n.º 10.520/02 e Decreto Municipal n.º 11.132/03.

6. DA ASSINATURA E VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. Esgotados todos os prazos recursais, o Município, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de entrega dos envelopes, convocará a vencedora para, no prazo de até 03 (três) dias úteis, desta convocação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93.

6.2. Se, dentro do prazo, a convocada não assinar o contrato, o Município convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do mesmo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

6.3. O contrato advindo desta licitação entrará em vigor a contar da data da assinatura do mesmo e terá duração até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado, conforme prevê o artigo 57 da lei de Licitações e sua vigência para o ano seguinte ficará adstrito ao respectivo crédito orçamentário.

6.4. O contrato a ser assinado terá como base a minuta anexa a este edital.

6.5. Para assinatura do contrato e no caso de prorrogação contratual, a licitante deverá apresentar:

I) Guia de recolhimento do depósito da garantia nos termos do art. 56 da Lei 8.666/93, referentes a 5% do valor contratado, comprovando a prestação da garantia na Fazenda Municipal. O valor da garantia será atualizado nas mesmas condições do contrato e será restituído após a execução atualizado monetariamente quando em dinheiro. Se a garantia for prestada em outra forma que não em dinheiro, deverá ser recolhida, em sua via original na Secretaria Municipal da Fazenda de Triunfo/RS, se em dinheiro deverá ser recolhida em conta corrente em benefício do município de Triunfo, ou na tesouraria da Fazenda Municipal da Prefeitura Municipal de Triunfo, em horário de expediente externo.

Observação: Quando o depósito da garantia for feito em espécie, o mesmo deverá ser efetuado Ag. 0949 do Banrisul, conta de caução N° 04.015052.0-6.

II) As CTPS dos funcionários que prestarão serviço, assinadas com o salário da categoria.



Observação: A cada substituição de funcionários deverá ser apresentada as referidas CTPS dos mesmos em conformidade às exigências do inciso anterior.

6.6. No caso de renovação, os valores contratados serão reajustados após o período de doze meses do início da contratação, pelo índice do INPC correspondente ao período.

7. DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

7.1. Os preços ofertados nesta licitação serão para pagamento em até 30 dias após a emissão das notas fiscais, devidamente assinadas pelo Setor competente comprovando a prestação dos serviços determinados pela secretaria requisitante.

7.1.1. Em havendo atraso no pagamento das parcelas, serão estas corrigidas monetariamente pelo INPC, *pro rata tempore*, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data de efetivo pagamento.

7.1.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a demonstração de regularidade da Contratada referente à folha de pagamento do mês anterior, através do comprovante mensal de pagamento dos salários dos funcionários (cópias dos contracheques), bem como dos comprovantes fiscais e previdenciários competentes e, ainda, das certidões Negativas do INSS, FGTS, Débitos Trabalhistas e Municipal.

7.1.3. A inadimplência da licitante vencedora com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao Município, a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 71, parágrafo 1.º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

7.1.3.1. Em caso de reclamatória trabalhista contra a licitante vencedora, em que o Município seja incluído no polo passivo da demanda, serão retidos, até o final da lide, valores suficientes para garantir eventual indenização.

7.3. Caso a licitante vencedora seja optante pelo Simples Nacional e não informar a alíquota de retenção do ISS, o Município observará o contido no Art. 21, § 4º, Incisos V e VI da Lei Complementar 123/2006.

8. DO RECEBIMENTO

8.1. Para o acompanhamento, fiscalização e recebimento dos serviços, objeto desta licitação, o Município designará servidores da secretaria requisitante, que farão o recebimento nos termos do artigo 73, I, "a" e "b", da Lei n.º 8.666/93, competindo-lhes, também, transmitir ordens e/ou reclamações quando da constatação de irregularidades que porventura acontecerem, devendo dirimir dúvidas que surgirem no decorrer da prestação dos serviços.

8.1.1. O recebimento definitivo dos serviços não exime a licitante vencedora de responsabilidade pela perfeição, qualidade, quantidades, segurança, compatibilidade com o fim a que se destinam e demais peculiaridades dos mesmos.



9. DAS SANÇÕES

9.1. À licitante vencedora deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei n.º 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:

9.1.1. Pela recusa injustificada de assinatura do contrato, contados da data de convocação, feita por escrito pelo Município, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta. Após esse prazo, **poderá**, também, ser imputada à licitante vencedora a pena prevista no art. 87, III, da Lei n.º 8.666/93, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;

9.1.2. Pela recusa injustificada de prestação dos serviços além do prazo estipulado neste edital, aplicação de multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta, até 10 (dez) dias consecutivos. Após esse prazo, **poderá**, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no art. 87, III, da Lei n.º 8.666/93, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;

9.1.3. Pela prestação de serviços em desacordo com o especificado neste edital, aplicação de multa na razão de 2% (dois por cento), sobre o valor total da proposta, por infração, com prazo de até 5 (cinco) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após 2 (duas) infrações e/ou após o prazo para adequação, **poderá**, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no art. 87, III, da Lei n.º 8.666/93, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;

9.1.4. Pela não regularização da documentação referente à regularidade fiscal, no prazo previsto neste edital, **poderá** ser aplicada advertência e/ou multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta, e **poderá**, também, ser imputada à licitante vencedora a pena prevista no art. 87, III, da Lei n.º 8.666/93, **pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses**.

9.2. Nos termos do art. 7.º da Lei n.º 10.520 de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e ter cancelado o Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Triunfo, nos casos de:

- a) apresentação de documentação falsa;
- b) retardamento na execução do objeto;
- c) não manutenção da proposta ou lance verbal;
- d) comportamento inidôneo;
- e) fraude ou falha na execução do contrato.

9.3. Será facultado a licitante o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas no item 9 deste edital.



10. DO PROCEDIMENTO

10.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame, os interessados poderão solicitar por escrito, esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório. As impugnações deverão ser protocoladas no Protocolo Geral do Município de Triunfo.

10.1.1. Caberá ao (a) pregoeiro (a) decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

10.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

10.2. No dia, hora e local estabelecidos neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão Presencial, o (a) Pregoeiro (a), inicialmente, receberá o Credenciamento (anexo II), Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação (anexo V), Declaração de Enquadramento para ME ou EPP (anexo VI) e os envelopes nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS e nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

10.2.1. Uma vez iniciada a sessão, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

10.3. O (a) Pregoeiro (a) realizará o credenciamento dos interessados, os quais deverão comprovar por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame.

10.4. Procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas, e após verificar a conformidade dos objetos ofertados com o licitado classificará o autor da proposta de menor preço, e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor proposta.

10.4.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital e da lei pertinente às licitações.

10.5. Quando não forem verificadas, no mínimo, 3 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o (a) Pregoeiro (a) classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

10.6. Será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, sempre inferiores à proposta até então de menor preço, iniciando pelo item 01.

10.6.1. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 02 (dois) minutos para apresentar nova proposta.



10.6.2. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

10.6.3. A diferença entre a menor proposta e o valor do lance não poderá ser inferior a 1%.

10.7. O (a) Pregoeiro (a) convidará, individualmente, as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, iniciando pelo autor da proposta classificada em segundo lugar.

10.7.1. Os lances, bem como o julgamento, serão em valor global mensal.

10.8. Encerrada a etapa de lances, considerada no momento em que restar apenas um proponente, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2.º, da Lei Complementar n.º 123/06, sendo assegurado, como critério do desempate, a preferência de contratação para as microempresas ou empresas de pequeno porte.

10.8.1. Entendem-se como empate ficto, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas licitantes sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

10.9. Ocorrendo o empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

10.9.1. A licitante beneficiada pela Lei Complementar n.º 123/06, detentora da proposta de menor valor, será convocada para apresentar, no prazo de até 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, nova proposta, inferior àquela considerada de menor preço;

10.10. O disposto nos subitens 10.8 e 10.9 não se aplicam às hipóteses em que a proposta de menor valor tiver sido apresentada por licitante enquadrada no regime da Lei Complementar n.º 123/06.

10.11. Não poderá haver desistência da proposta ou dos lances já ofertados, depois de abertos os envelopes n.º 1 - Proposta, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades do subitem 9.2, deste edital.

10.12. A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo (a) Pregoeiro (a), implicará exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

10.13. Caso não se realize lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado pela Administração.

10.13.1. Em havendo apenas uma oferta, desde que atenda a todos os termos do edital, e seu preço seja compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o (a) Pregoeiro (a) negociar para que seja obtido o preço melhor.



10.14. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao preço, decidindo motivadamente a respeito.

10.15. Sendo aceitável a proposta de menor preço do item, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

10.16. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o item do certame.

10.16.1. A licitante declarada vencedora deverá, no prazo de até 1 (um) dia útil, apresentar ao pregoeiro a **planilha de composição de custos**, com os preços unitários e totais que resultaram no preço proposto.

10.17. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade, procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

10.18. Na situação prevista no subitem 10.14, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10.18.1. No caso da ocorrência de licitantes beneficiadas pela Lei Complementar n.º 123/06, a negociação referida no subitem anterior realizar-se-á após a concessão do benefício previsto no art. 44, § 2.º da Lei mencionada.

10.19. Todos os documentos serão colocados à disposição dos presentes para livre exame e rubrica.

10.20. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e, motivadamente, a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a contar do primeiro dia útil após o término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.21. O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

10.22. Decididos os possíveis recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará o item à licitante detentora da melhor oferta do certame.

10.23. Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes lacrados e, devidamente, rubricados pelo (a) Pregoeiro (a) e pelos representantes credenciados, ficarão sob a



guarda do (a) Pregoeiro (a), sendo exibidos às licitantes presentes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária a seguir:

Órgão: 65 SECRETARIA DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS
Unidade: 1401 Fonte: RECURSOS LIVRE – ADMINISTRAÇÃO DIRETA MUN
Cat. Econômica: 339039780000 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Red. Desp.: 3821

11.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

11.3. A apresentação da proposta pela licitante implica aceitação deste edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

11.4. Da sessão de abertura lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual se mencionará tudo que ocorrer no ato. A ata será assinada pelo (a) Pregoeiro (a) e pelos representantes credenciados.

11.5. Só terão direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas os representantes credenciados.

11.6. Não será concedido prazo para apresentação de documentos e propostas exigidos no edital e não apresentados na reunião de recebimento, salvo o disposto no artigo 48, parágrafo 3.º, da Lei n.º 8.666/93 e no artigo 43, parágrafo 1.º da Lei Complementar n.º 123/06.

11.7. Não serão aceitas documentação, propostas e impugnações enviadas por fac-símile ou qualquer outro meio eletrônico de transmissão de dados e/ou apresentados em papel térmico do tipo usado em aparelhos de fac-símile.

11.8. Os documentos apresentados na forma de cópias reprográficas deverão estar autenticados previamente por Tabelião ou servidores da Prefeitura Municipal de Triunfo, exceto o disposto no subitem abaixo. **No ato da sessão não será feita nenhuma autenticação.**

11.9. Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos a verificação de sua autenticidade por meio de consulta realizada pelo (a) Pregoeiro (a).



11.10. Os envelopes relativos aos documentos habilitatórios e propostas de preços, não abertos, ficarão à disposição das licitantes pelo período de 60 (sessenta) dias, contados do encerramento da licitação, após, serão inutilizados.

11.11. Servidores Municipais, assim considerados aqueles do artigo 84, “caput” e parágrafo 1.º, da Lei n.º 8.666/93, estão impedidos de participar deste certame licitatório (tanto como membros da diretoria da empresa ou como do quadro desta), por determinação do artigo 9.º, inciso III, da Lei n.º 8.666/93.

11.12. Todos os documentos deverão ser apresentados, se possível, em folha tamanho A4.

11.13. Nos recursos e/ou impugnações serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos: a regularidade formal (assinatura, juntada de procuração) e a tempestividade (tempo hábil para a interposição do recurso), entre outros.

11.14. Qualquer divergência entre as cláusulas do presente Edital com seus Anexos, prevalece as explícitas no primeiro.

11.15. Faz parte integrante deste edital:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Modelo de Credenciamento.
Anexo III	Formulário padrão para preenchimento da Proposta.
Anexo IV	Declaração de Cumprimento ao Artigo 7.º, Inciso XXXIII, da CF, declaração de Idoneidade e declaração de que não possui em seu quadro societário sócio que seja servidor público municipal do órgão contratante.
Anexo V	Declaração de cumprimento dos Requisitos de Habilitação.
Anexo VI	Declaração de enquadramento para ME ou EPP.
Anexo VII	Minuta de Contrato.
Anexo VIII	Projeto Básico
Anexo IX	Planilhas de Composição de Custos



11.15. Para maiores informações:

a) Esclarecimentos referentes ao edital: (51) 3654-6316, com Cristiane ou Natali.

b) Pregoeiro: (51) 3654-6315, com Valdair Barcelos.

Triunfo, 4 de março de 2020

Daniel Pause da Paixão
Sec. Mun. de Compras, Licitações e Contratos

ANALISE JURIDICA

Analizado os termos do presente Edital de Licitações, APROVO o mesmo, pois conforme com os diplomas legais vigentes.

Assessoria Jurídica



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

A	OBJETIVO
	SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA, CONFORME PROJETO BÁSICO (ANEXO VIII)
B	VIGÊNCIA
	O contrato advindo desta licitação entrará em vigor a contar da data da assinatura do mesmo e terá duração até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado, conforme prevê o artigo 57 da lei de Licitações e sua vigência para o ano seguinte ficará adstrito ao respectivo crédito orçamentário.
C	VALOR MÁXIMO
	R\$ 226.599,84 Global/Mês
D	UNIDADE RESPONSÁVEL PELA REQUISIÇÃO
	Secretaria Municipal de Obras, Transito e Serviços Públicos
E	UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROJETO
	Secretaria Municipal de Obras, Transito e Serviços Públicos
F	UNIDADE RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO
	Secretaria Municipal de Obras, Transito e Serviços Públicos
G	UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO
	Secretaria Municipal da Fazenda



ANEXO II

CRENCIAMENTO

Pelo presente, credenciamos o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade com RG n.º _____, para participar em procedimento licitatório, consistente no Pregão Presencial n.º 12/2020, podendo praticar todos os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da representada, inclusive os poderes para formular lances, negociar preços, interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

_____, em _____ de _____ de 20__.

Razão Social: _____

Assinatura do representante legal da empresa



ANEXO III

FORMULÁRIO PADRÃO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unitário
1	10	Mês	SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA, CONFORME PROJETO BÁSICO (ANEXO VIII)	

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ-MF: _____ **FONE/FAC-SÍMILE:** _____

LOCAL E DATA: _____

Assinatura do representante legal da empresa



ANEXO IV

AO (À) PREGOEIRO (A)

(Razão Social da empresa), por meio de seu Administrador ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que:

- Em cumprimento ao inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, combinado ao inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8.666/93, não possui em seu quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a contar dos 14 (quatorze) anos.

- Não foi considerada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87, IV, da Lei de Licitações.

- Não possui em seu quadro societário sócio que seja servidor público municipal do órgão contratante, assim considerados aqueles do artigo 84, caput e parágrafo 1.º, da Lei n.º 8.666/93.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, em _____ de _____ de 20__.

Assinatura do representante legal da empresa



ANEXO V

AO (À) PREGOEIRO (A)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Declaro/amos, sob as penas da Lei, que (Razão Social da licitante) _____,
CNPJ nº _____, cumpre plenamente os requisitos de habilitação da
licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Triunfo, Pregão Presencial n.º 12/2020.

_____, em _____ de _____ de 20__.

Assinatura do representante legal da empresa

LEMBRETE: Essa declaração deverá ser entregue ao (a) Pregoeiro (a) fora dos envelopes de proposta e documentação, juntamente com o Credenciamento.



ANEXO VI

AO (À) PREGOEIRO (A)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME OU EPP.

(Razão Social da licitante) _____, por meio de seu Responsável Legal e Contador ou Técnico Contábil, declara, sob as penas da lei, que:

- a) enquadra-se na situação de _____;
- b) o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II, art. 3.º, da Lei Complementar n.º 123/06;
- c) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3.º, § 4.º, incisos I a X, da mesma Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 20__.

Assinatura do representante legal da empresa

Nome completo, número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade e
assinatura do contador ou técnico contábil da empresa

LEMBRETE: Essa declaração deverá ser entregue ao (a) Pregoeiro (a) fora dos envelopes de proposta e documentação, juntamente com o Credenciamento.



ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

Aos ____ dias do mês de _____ de dois mil e _____, o MUNICÍPIO TRIUNFO, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 88.363.189/0001-28, com sede administrativa na Prefeitura Municipal de Triunfo, sito à rua XV de Novembro, 15, nesta cidade, neste ato representado por Sr. Prefeito Municipal _____, inscrito no CPF sob nº _____, denominado CONTRATANTE, e de outro a empresa _____, estabelecida na rua _____, n.º _____, em _____, inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____, representada pelo(a) Senhor(a) _____ (qualificação), inscrito(a) no CPF sob n.º _____, denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato de acordo com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas e com base no processo n.º _____/2020, na modalidade de Pregão Presencial n.º 12/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA, conforme especificado no edital acima mencionado e em seus anexos

Parágrafo Primeiro - A contratada será responsável pelos encargos sociais, taxas, impostos e quaisquer outros tributos e/ou despesas que incidirem sobre o serviço, como também em qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, referentes ao pessoal utilizado nos serviços, inclusive no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal decorrentes dos serviços de qualquer tipo de demanda.

Parágrafo Segundo - O contrato não poderá ser terceirizado.

Parágrafo Terceiro - A contratada deverá assumir o compromisso formal de executar todas as tarefas objeto do presente Edital com perfeição e acuidade, mobilizando, para tanto, profissionais capacitados e submetidos a prévio treinamento.

Parágrafo Quarto - Todo pessoal em serviço, deverá estar munido de equipamentos de segurança para o desempenho de suas tarefas, bem como uniformizados, e, sempre que ocorrer falta de pessoal, a licitante deverá providenciar a sua imediata substituição.

Parágrafo Quinto - A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração e cujas reclamações se obriga a atender prontamente, mantendo no local dos serviços a supervisão necessária.

Parágrafo Sexto - A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições básicas de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.



Parágrafo Sétimo - A contratada será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao CONTRATANTE, ou a terceiros, provocados por seus funcionários, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.

Parágrafo Oitavo - Os serviços contratados serão fiscalizados pela secretaria solicitante, podendo determinar a paralisação dos serviços, caso não se encontrem de conformidade com os padrões estabelecidos no edital e no contrato.

Parágrafo Nono - Poderá a Administração intervir na prestação dos serviços, sempre que estes não estiverem em conformidade com o que estabelecer a licitação e o contrato e neste caso, a Intervenção, far-se-á por decreto.

Parágrafo Décimo - Os serviços deverão ser executados conforme Ordens de Serviços emitidas pela Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Públicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - A empresa contratada deverá indicar, no momento da assinatura do contrato, um representante que será o contato direto do município com a mesma.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da fiscalização

Para o acompanhamento e fiscalização dos serviços, objeto deste contrato, o CONTRATANTE designará servidores da secretaria requisitante, que farão a fiscalização nos termos do artigo 73, I, "a" e "b", da Lei n.º 8.666/93, competindo-lhes, também, transmitir ordens e/ou reclamações quando da constatação de irregularidades que porventura acontecerem, devendo dirimir dúvidas que surgirem no decorrer dos serviços.

Parágrafo Único - A prestação definitiva do objeto licitado não exime a CONTRATADA de responsabilidade pela perfeição, qualidade, quantidades, segurança, compatibilidade com o fim a que se destinam e demais peculiaridades dos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do preço

A CONTRATANTE pagará o VALOR GLOBAL MENSAL DE R\$
(.....) preço ofertado na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - Do pagamento

Os preços ofertados serão para pagamento em até 30 dias após a emissão das notas fiscais, devidamente assinadas pelo Setor competente comprovando a prestação dos serviços.



Parágrafo Primeiro - Em havendo atraso no pagamento das parcelas, serão estas corrigidas monetariamente pelo INPC, pro rata tempore, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data de efetivo pagamento.

Parágrafo Segundo - Nenhum pagamento será efetuado sem a demonstração de regularidade da Contratada referente à folha de pagamento do mês anterior, através do comprovante mensal de pagamento dos salários dos funcionários (cópias dos contracheques), bem como dos comprovantes fiscais e previdenciários competentes e, ainda, das certidões Negativas do INSS, FGTS, Débitos Trabalhistas e Municipal.

Parágrafo Terceiro - A contribuição previdenciária referente aos serviços prestados, ISSQN e IR Retido na Fonte, se devidos, serão retidos, sendo que, a contribuição previdenciária será recolhida pelo CONTRATANTE, conforme legislação vigente.

Parágrafo Quarto - A inadimplência da CONTRATADA com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 71, parágrafo 1.º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo Quinto - Em caso de reclamatória trabalhista contra a CONTRATADA, em que o CONTRATANTE seja incluído no polo passivo da demanda, serão retidos, até o final da lide, valores suficientes para garantir eventual indenização.

Parágrafo Sexto - A fiscalização do Município, em especial, deverá verificar a qualidade dos serviços prestados, podendo exigir a substituição do profissional quando este não atender os termos do que foi proposto e contratado, sem que assista a contratada qualquer indenização pelos custos daí propostos.

CLÁUSULA QUINTA - Do reajuste de preço

Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a data da assinatura deste instrumento, de comprovada repercussão nos preços ajustados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

Parágrafo Único - Os valores somente serão reajustados com base na variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), ou em sua extinção, outro índice que vier a substituí-lo, tendo como data base a data da assinatura do contrato, com periodicidade de reajustamento do preço anual, sendo que o reajuste dar-se-á mediante requerimento do Contratado.

CLÁUSULA SEXTA - Da vigência do contrato

O contrato advindo desta licitação entrará em vigor a contar da data da assinatura do mesmo e vigorará até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado, conforme prevê



o artigo 57 da lei de Licitações e sua vigência para o ano seguinte ficará adstrito ao respectivo crédito orçamentário.

Parágrafo Único - No caso de renovação, os valores contratados serão reajustados após o período de doze meses do início da contratação, pelo índice do INPC correspondente ao período.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da dotação orçamentária

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária a seguir:

Órgão: 65 SECRETARIA DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS
Unidade: 1401 Fonte: RECURSOS LIVRE – ADMINISTRAÇÃO DIRETA MUN
Cat. Econômica: 339039780000 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Red. Desp.: 3821

CLÁUSULA OITAVA - Das obrigações do CONTRATANTE

Compete ao CONTRATANTE:

I - Fiscalizar, orientar, impugnar e dirimir dúvidas emergentes da prestação de serviços, objeto deste contrato;

II - Receber os serviços, lavrar termo de recebimento. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações do CONTRATANTE, rejeitá-lo-á, no todo ou em parte;

III - Efetuar os pagamentos na data estabelecida na Cláusula Quarta do presente contrato;

CLÁUSULA NONA - Das obrigações da CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

I - Arcar com encargos trabalhistas, fiscais (ICMS e outros), previdenciários, comerciais, tributários, tarifas, fretes, seguros, transporte, materiais, combustível, motorista habilitado, mão-de-obra, peças, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir no período de contratação;

I -1. Entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, fornecimento de mão-de-obra especializada, os instituídos por leis sociais, administração, lucros, máquinas e ferramental, transporte de material, de



pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste contrato.

II - Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

III - Indenizar terceiros e a Administração por todos os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato;

IV - Assumir todas as responsabilidades inerentes a atividade da empresa, inclusive despesas decorrentes de eventuais acidentes, abrangendo danos pessoais, multas e outros que venham a ocorrer no cumprimento deste contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer responsabilidade ou indenização;

V - Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado;

VI - Prestar toda e qualquer informação sobre à execução do objeto contratado;

VII - Responder pela qualidade, quantidades, validade, segurança e demais características dos serviços, bem como as observações às normas técnicas;

CLÁUSULA DÉCIMA - Das penalidades e multas

À CONTRATADA serão aplicadas as sanções previstas na Lei n.º 8.666/93 nas seguintes situações, dentre outras:

I - Pela recusa injustificada de prestação dos serviços, além do prazo estipulado neste contrato, aplicação de multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total do contrato, até 10 (dez) dias consecutivos. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à CONTRATADA a pena prevista no art. 87, III, da Lei n.º 8.666/93, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;

II - Pela prestação dos serviços em desacordo com o contratado, aplicação de multa na razão de 2% (dois por cento), sobre o valor total do contrato, por infração, com prazo de até 5 (cinco) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após 2 (duas) infrações e/ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à CONTRATADA a pena prevista no art. 87, III, da Lei n.º 8.666/93, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da aplicação das penalidades e multas

No caso de incidência de uma das situações previstas na Cláusula Décima, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar por escrito os motivos do inadimplemento.

Parágrafo Único - Será considerado justificado o inadimplemento nos seguintes casos:



- a) Acidentes que impliquem retardamento na prestação dos serviços ou na adequação dos mesmos, sem culpa da CONTRATADA;
- b) Falta ou culpa do CONTRATANTE;
- c) Caso fortuito ou força maior, conforme art. 393 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Das garantias

A CONTRATADA por ocasião da assinatura deste contrato e no caso de prorrogação contratual, deverá apresentar:

I) Guia de recolhimento do depósito da garantia nos termos do art. 56 da Lei 8.666/93, referentes a 5% do valor contratado, comprovando a prestação da garantia na Fazenda Municipal. O valor da garantia será atualizado nas mesmas condições do contrato e será restituído após a execução atualizado monetariamente quando em dinheiro. Se a garantia for prestada em outra forma que não em dinheiro, deverá ser recolhida, em sua via original na Secretaria Municipal da Fazenda de Triunfo/RS, se em dinheiro deverá ser recolhida em conta corrente em benefício do município de Triunfo, ou na tesouraria da Fazenda Municipal da Prefeitura Municipal de Triunfo, em horário de expediente externo.

Observação: Quando o depósito da garantia for feito em espécie, o mesmo deverá ser efetuado Ag. 0949 do Banrisul, conta de caução N° 04.015052.0-6.

II) As CTPS dos funcionários que prestarão serviço, assinadas com o salário da categoria.

Observação: A cada substituição de funcionários deverá ser apresentada as referidas CTPS dos mesmos em conformidade às exigências do inciso anterior.

Parágrafo Primeiro - No caso de renovação, os valores contratados serão reajustados após o período de doze meses do início da contratação, pelo índice do INPC correspondente ao período.

Parágrafo Segundo - O valor da garantia será atualizado nas mesmas condições do contrato e será restituído após a execução atualizado monetariamente quando em dinheiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Da liberação da garantia

A garantia prestada será liberada ou restituída, ao término da vigência deste contrato, se não utilizada nas formas do artigo 86, parágrafo 3.º, da Lei n.º 8.666/93. Contudo, reverterá a garantia em favor da CONTRATANTE, no caso de rescisão do contrato por



culpa exclusiva da CONTRATADA, sem prejuízo da indenização por perdas e danos porventura cabíveis.

Parágrafo Único - Se a garantia for prestada em moeda corrente nacional, quando devolvida, deverá sofrer atualização monetária. A garantia será liberada em caso de extinção do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Dos motivos de rescisão

São motivos de rescisão do contrato, independente de procedimento judicial, aqueles inscritos no artigo 78 da lei regente, acrescidos do seguinte:

I - Cometimento de infração aos termos deste contrato, evidenciando a incapacidade da CONTRATADA no cumprimento satisfatório do mesmo, em especial, quaisquer das situações previstas na Cláusula Décima;

II - Infração ao previsto no Parágrafo Segundo da Cláusula Primeira;

III - Quando ocorrerem razões de interesse público justificado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Das perdas e danos

A parte que der causa à rescisão do contrato por dolo ou culpa ficará obrigada a indenizar a outra o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias após a notificação da parte adversa, garantida a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Dos direitos da Administração

A CONTRATADA, em caso de rescisão administrativa, reconhece todos os direitos da Administração, consoante prevê o artigo 77 da lei vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Da Lei regradora

A presente contratação reger-se-á pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações as quais, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Do Foro

As partes elegem o Foro da Comarca de Triunfo - RS, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas porventura emergentes da presente contratação.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que o mesmo produza todos os jurídicos e legais efeitos.

Triunfo-RS, de de 202__.

CONTRATANTE
Prefeito Municipal

CONTRATADA



Prefeitura de
Triunfo
Rio Grande do Sul

Secretaria de Compras, Licitações e Contratos

Anexo VIII
Projeto Básico



PROJETO BÁSICO – METODOLOGIA E EXECUÇÃO

OBJETO:

Contratação de empresa para prestação de serviços de varrição, roçada, capina, pintura e raspagem de meio fio, corte de grama das ruas, praças e áreas de circulação, junto a sede, concentrações urbanas em distritos, cemitérios, parques, praças, parque camboatá, áreas externas de prédios públicos, campings, espaços abertos utilizados como praias, ilhas das Pedras e do Fanfa. Os serviços serão realizados em sistema de rodízio de serviços definidos pela secretaria gestora do contrato, com fornecimento de pessoal, formando equipes padrão, fornecimento de todos materiais, ferramentas, equipamentos (incluindo EPIs) e veículos necessários para a correta execução dos trabalhos.

A média mensal de m² de serviços será de 668.000 (seiscentos e sessenta e oito mil).

1. EQUIPES PADRÃO, FERRAMENTAS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

1.1. DOS FUNCIONÁRIOS:

As equipes serão compostas da seguinte forma:

01 Coordenador Geral que será responsável por transmitir os serviços as equipes;

Equipe Padrão 1 - 40 profissionais habilitados para serviços gerais e um motorista habilitado para o veículo tipo ônibus;

Equipe Padrão 2 – 4 profissionais habilitados para serviços gerais e um motorista habilitado para o veículo tipo kombi;

Equipe Padrão 3 – 2 profissionais habilitados para serviços gerais e um motorista habilitado para o veículo tipo caminhão;

1.1.1. CARGA HORÁRIA:

A carga horaria para a execução dos serviços será de 44 horas semanais, ou seja, de segunda-feira a sábado.

1.2. VEÍCULOS, FERRAMENTAS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS

1.2.1. A contratada deverá fornecer todas as ferramentas, materiais e equipamentos, em número suficiente, necessário a correta e perfeita execução dos trabalhos para os quais serão indicados, inclusive uniformes e equipamentos de proteção individual – EPIs, que deverão ser usados obrigatoriamente nos locais de trabalho.

1.2.2. A contratada será responsável pela locomoção de funcionários e equipamentos até o local de execução do serviço.

1.2.3. A contratada deverá sinalizar, com equipamento adequado, de acordo com as exigências do Código Nacional de Trânsito, os locais onde estiverem sendo executados os serviços.

1.2.4. Os veículos automotores, bem como os equipamentos a serem disponibilizados pela contratada para a realização dos serviços, deverão ser adequados e estar disponíveis para



Secretaria de Compras, Licitações e Contratos

o uso imediato. Ao longo do Contrato, os equipamentos deverão ser mantidos com todos seus componentes funcionando, nas mesmas condições iniciais, considerando-se o desgaste normal de uso.

1.2.5. A Contratada deverá aplicar um Plano de Manutenção dos Veículos e Equipamentos utilizados nos serviços contratados, baseado em programa de manutenção preventiva e corretiva, programa de limpeza e aparência (lavagem, desinfecção e pintura periódica), programa de controle dos itens de segurança (iluminação, pneus, etc.).

1.2.6. Todos os veículos e equipamentos utilizados nos serviços deverão respeitar os limites estabelecidos em Lei para fontes sonoras e emissão de gases e demais reguladoras do tráfego de veículos.

1.2.7. No caso de defeito nos veículos ou equipamentos, que impossibilite a execução dos serviços, os mesmos deverão ser substituídos imediatamente de forma que o serviço não seja interrompido.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Veículo tipo caminhão com capacidade para no mínimo 5000 kg de carga. Ano de fabricação não inferior a 2010.	1
Veículo tipo ônibus, com capacidade para transportar a Equipe Padrão 1, bem como os materiais, ferramentas e equipamentos.	1
Veículo tipo kombi, com capacidade para transportar a Equipe Padrão 2, bem como os materiais, ferramentas e equipamentos. Ano de fabricação não inferior a 2010.	1
Enxada	12
Máquina roçadeira costal a gasolina com no mínimo 35CV	16
Carrinho de mão tipo pedreiro	12
Carrinho gari 100 litros	12
Vassoura de aço	12
Pá coletora com cabo	12
Pá de corte	6
Pá de concha	10
Facão	10
Serrote	3
Tesoura para corte de grama	5
Vassoura de Piaçava	20
Vassoura em PVC para grama, com cabo.	20
Soprador a gasolina, com silenciador.	10
Foices	10
Trincha tipo brocha com cabo	20
Balde de plástico com capacidade de 10 Litros	10
Sacos de Lixo de 130 litros (quantidade média mensal)	1000
Cal com fixador, para pintura do meio fio (quantidade média mensal)	1000 kg

2. DOS SERVIÇOS



2.1. Varrição manual das vias públicas (determinado previamente pela secretaria municipal de obras), estes serviços consistem em varrer com periodicidade proposta, em ambos os lados do logradouro, canteiros centrais não ajardinados, onde devera proceder a limpeza do passeio, sarjetas, limpeza do meio-fio, na largura necessária, realizando-a por completo.

2.2. Pintura de meio fio com cal, quando determinado;

2.3. Corte de grama e limpeza de áreas marginais de rodovias internas, limpeza de valas que funcionam como escoamento de águas ao longo das vias públicas, facilitando a utilização pelos pedestres e escapes de veículos, conforme cronograma estabelecido pela secretaria gestora;

2.4. Conservação das praças, cemitérios, campings e ilhas do município que consiste na capina e varredura dos passeios com o devido recolhimento dos resíduos e acondicionamento em sacos, corte de grama dos canteiros e manutenção do conjunto arbóreo e vegetal dos locais;

2.5. A capina deverá ser executada com equipamento adequado, removendo toda a vegetação das laterais das vias, rente ao meio-fio das mesmas e também dos canteiros, com posterior varrição e recolhimento.

2.6. Todos os resíduos provenientes dos serviços devem ser recolhidos. Os resíduos orgânicos após recolhidos deverão ser transportados até o destino final pela contratada, que poderá ser em local pertencente ao município, licenciado para este fim, os demais resíduos deverão ser embalados em sacos próprios e dispostos em local que não atrapalhe a circulação de pessoas e veículos, para posteriormente serem transportados pela secretaria municipal responsável.

3. DAS CONDIÇÕES DO PROJETO

3.1. A descrição das vias/locais onde serão executados os serviços são os demonstrados nas planilhas abaixo, a unidade de comprimento é metro linear. A secretaria gestora do contrato poderá determinar alterações para melhor execução dos serviços;

Distrito Sede

Bairro: Olaria

Nome ou Denominação	Comprimento
Rua Simão Kappel	675
Rua Silvío de Oliveira Gonçalves	415
Rua Oreste Comerlato	40
Rua Major Edmundo Arnt	271
Rua Bernardo J. da Silva	63
Rua Aloísio Brixner	390
Rua Nicolau Koller Neto	10
Rua 23	331
Rua A, B, C e D	740



Secretaria de Compras, Licitações e Contratos

Rua Araça	445
Rua Ipê	338
Rua Camboata	401
Rua Angico	667
Rua de Trás da Serraria	180
Rua da Figueira	245
Rua Guajuvira	246
Rua Camboim	305
Rua Sem Denominação	332
Total	6.094

Bairro: Cantão

Nome ou Denominação	Comprimento)
Rua 19	206
Rua 20	87
Rua 21	72
Rua 31	51
Total	416

Bairro: Outras Ruas Próximas (Capãozinho)

Nome ou Denominação	Comprimento
Rua Iracema de Alencar	599
Rua José Roberto de Freitas	453
Rua Montenegro	193
Rua Walter Perachi de Barcellos	150
Rua 29	67
Total	1.462

Bairro: Outras Ruas (entre B Progresso e Camboatá)

Nome ou Denominação	Comprimento
Rua Prof. Marcos coelho	120
Rua Bernardino Senna	155
Rua Dinarte de Souza + 15	243
Rua D. Pedro II	1768
Rosalina A. Pedroso + Trevo	1018
Rua 02	385
Rua 03	377
Rua 04	196
Rua Travessa João Soares	387
Total	4649

Bairro: Vila Maria

Nome ou Denominação	Comprimento
Rua Francisco Schardong	307
Rua Waldemar Goulart franco	220
Rua São Lourenço	203



Secretaria de Compras, Licitações e Contratos

Rua Vitalino de Carvalho	233
Total	963

Bairro: Estaleiro

Nome ou Denominação	Comprimento
Rua Bibiano dias de Castro	1021
Rua Gal Farias santos	240
Rua Bento Gonçalves	156
Rua Triunfo	277
Rua Francisco Correa	468
Rua Frontal ao Clube estaleiro	87
Rua Honorio Bicalho	87
Rua Cai	190
Rua dos Pioneiros	253
Rua 16	200
Rua 17	70
Total	3049

Bairro: Loteamento Sol Nascente

Nome ou Denominação	Comprimento
Rua Alberto Pasqualini	209
Rua João XXIII	283
Rua Silvio Fornari	310
Rua Getulio Vargas	196 x2=392
Rua Monteiro Lobato	220
Rua Sepé Tiarajú	219
Rua da Raça	179
Total	1812

Outras Vias

Nome ou Denominação	Comprimento
Rua Pedro Geyer	75
Rua Emilio Maia	145
Rua 24	203
Rua Ver.Generoso A. Da Rosa	62
Rua Copesul	1990
Rua Silvio Ignácio Volkswais	2585
Total	5.060

Bairro: Creche

Nome ou Denominação	Comprimento
Rua Beija Flor	192
Rua Tangara	201
Rua Capivara	210
Rua Açorianos	217
Rua Laurindo Ávila Neto	220



Secretaria de Compras, Licitações e Contratos

Rua do Silêncio	250
Rua da Fonte	245
Rua Cont. Nicolau Koller Neto (Estrada)	580
Total	2.115

Bairro: Loteamento Franco

Nome ou Denominação	Comprimento
Rua Adelaide Franco	380
Rua Natalina Leal Ramos	116
Rua Juarez Tadeu Franco	139
Rua Antonio Carlos Franco	171
Rua Pedro Queiroz Ramos	398
Total	1.204

Outras Vias Próximas a Creche e Olaria

Nome ou Denominação	Comprimento
Avenida Belo Ferreira (Olaria até 25 Outubro/Rota)	1.212
Rua Ramiro Kersting	64
Rua 32 (Paralelo a Belo Ferreira)	70
Rua Hugo José Barreto	240
Rua Dorval Ferreira	245
Rua Adelino Lopes da Silva	970
TF 10 (Trevo da Viação e Transporte até a Adelino Lopes)	980
RS 440 (Trevo Viação e Transporte até a Nicolau Koller Neto)	1.035
Rua Bombeiros Voluntários	292
Total	5.108

Bairro: Bom Jesus

Nome ou Denominação	Comprimento
Avenida Thelmo Jesus Merg	914 x 2 = 1.828
Rua Taquari	511
Rua São Jeronimo	220
Rua José Roberto de Freitas (Bairro)	162
Rua Montenegro	126
Rua Eldorado	91
Rua Nova Santa Rita	60
Rua Charqueadas	271
Rua General Câmara	270
Total	3.539

Bairro: Progresso

Nome ou Denominação	Comprimento
Rua 14	478



Secretaria de Compras, Licitações e Contratos

Rua Nossa Senhora da Conceição	585
Rua Atanagildo Medeiros	67
Rua Adolpho José de Almeida	157
Rua Pocidônio Lima	160
Rua 06 de Agosto	153
Rua 22 (da Figueira)	151
Total	1.751

Bairro: Centro / Distrito

Nome ou Denominação	Comprimento
Rua Osvaldo Aranha	242
Rua Demétrio Ribeiro	184
Rua Padre Tomaz Clark	308
Rua Assis Brasil	298
Rua Gal. Flores da Cunha	368
Rua Fernando Ehlers	831
Rua Tiradentes	294
Rua Luiz Barreto	842
Rua Mal. Deodoro da Fonseca	630
Rua Antonio Canabarro	70
Rua João Pessoa	780
Rua João Alves de Borba	205
Rua Treze de Maio	2.549
Avenida 25 de Outubro	$356 + (1.031 \times 2) = 2.418$
Rua Adão Tavares	250
Rua João Nicolau Dill	189
Rua Guilherme Emílio Jung	196
Rua Ramiro Juvenal Maioli	179
Rua Dona Josina	171
Rua Magalhães Filho	85
Rua Padre Juliano Lobato	82
Rua Ver. Sabino Antonio da Cunha	99
Rua Marino Josetti de Almeida	340
Rua Dr. José Luiz de Freitas	680
Rua Dr. José Athanásio	562
Rua Prof. Coelho de Souza	490
Rua Cel. Machado Filho	160
Rua Alcides Freitas	125
Rua Francisco das Chagas Henrique	95
Rua Carlos M. de Borba	155
Rua Bertulino da Silva	306
Avenida Belo Ferreira (25 de outubro até Tiradentes)	650
Total	14.833

Bairro: Porto Batista – 4º distrito



Secretaria de Compras, Licitações e Contratos

Nome ou Denominação	Comprimento
Rua Valdemar Oliveira Barreto	566
Rua Petaim S. B. da Rosa	575
Rua Manoel Luiz Kuhn	588
Rua Orêncio da Silva Ramos	137
Rua Inocencio B. da Rosa	185
Rua João Virgílio de Souza	136
Rua Inácio da Conceição	130
Rua João Batista Pereira da Silva	607
Rua Filadolfo da Silva Ramos	311
Rua Santa ... Praia	125
Rua Adalberto Jung	289
Rua Dali Ferreira Leote	265
Rua Ataliba Martins de Campos	229
Rua Francisca Pacheco Batista	125
Rua Josué Machado dos Santos	321
Rua Francisco M. Padilha	61
Rua Olinto Pereira	50
Rua Padre Cláudio Mascarello	249
Rua Bento Gonçalves da Silva	$2.080 \times 2 + 426 = 4.586$
Rua Joaquim Garcia de Araújo	988
Rua 02	575
Rua Continuação da Rua 02	392
Rua Martins de Souza Fonseca	768
Rua Onofre Pires	317
Rua Heitor Alves Pinheiro Machado	1.682
Travessa 01	154
Travessa 02	136
Travessa 03	191
Travessa 04	168
Rua José Claudio de Souza	98
Rua Marino José de Almeida	180
Rua Osvaldo de Oliveira da Silva	130
Rua Jacob Manoel Kuhn	182
Rua Getúlio Vargas	390
Rua João Goulart	400
Rua Tancredo Neves	438
Rua Henrique Agildo da Silva	520
Rua Dr. José Luiz de Freitas	232
Rua João Ferreira de Carvalho	230
Total	17.706

Bairro: Barreto – 1º distrito

Nome ou Denominação	Comprimento
Rua 01 Vila da Prefeitura	299
Rua 01 Vila da Prefeitura	72



Secretaria de Compras, Licitações e Contratos

Rua 01 Vila da Prefeitura	43
Rua 04 Vila da Prefeitura	86
Rua 05 Vila da Prefeitura	50
Rua do Campo de Futebol	371
Rua João Silveira Massena	104
Rua Santa Terezinha (Igreja)	671
Rua dos Cachorros	557
Rua da Ponte	138
Rua da Barca	563
Travessa Borracharia	140
Rua Miguel Umann	563
Rua José Santos	57
Rua 16	197
Rua 17	152
Rua 18	155
Rua dos Eletricitários	350
Rua Santa Cruz	192
Rua Santa Maria A	430
Rua Santa Maria B	420
Rua Taquari	170
Rua 19	60
Rua das Laranjeiras	390
Rua do Matadouro	206
Rua Porto Alegre	1.108
Travessa Weigelt	520
Rua 05	205
Rua Jardelino Azeredo (Brasília)	171
Rua Bento Gonçalves	1.545
Rua 21	51
Rua 20	91
Rua 09	150
Rua José Maria Azeredo	268
Rua Otacilio Mello	105
Rua Miguel Amaral	103
Rua Carlos Borba	149
Rua Luiz Merelles	186
Rua da Estação	648
Rua Urcina W. Machry	122
Rua João C. Machry	130
Rua Doralina de Souza Vasco	230
Rua Antonio Nogueira	107
Rua Estêvão S. da Rocha	61
Rua 22, 23, 24 e 25	350
Trecho da José Machry	988
Total	13.724

Rafael



Bairro: Vendinha – 4º distrito

Nome ou Denominação	Comprimento
Avenida Central	1.450
Rua Afonso Gustavo Kuhn	770
Rua Afonso Kunrt	170
Rua Antonio dos Santos Kuhn	170
Rua Belo Garcia	180
Rua Caramuru	255
Rua Cleiton da Rosa Kossman	350
Rua da Caixa D'água	480
Rua da Serraria	140
Rua Dercio Afonso Martini	60
Rua Dr. Afonso Garcia da Cruz	175
Rua Floriano Kuhn	280
Rua Franolino Luft	150
Rua Gonçalves Dias	515
Rua Jaime Caetano Braun	210
Rua Padre Julio Rosa	440
Rua Seluta de Oliveira	200
Rua Sem Nome	875
Rua Vitor Garcia	170
TF 480 (divisa do Municipio)	480
Total	7.520

Bairro: Fazenda Quadros – 4º distrito

Nome ou Denominação	Comprimento
TF 460	1.540
Ruas Sem Nome	2.116
Total	3.656

Bairro: Coxilha Velha – 2º distrito

Nome ou Denominação	Comprimento
BR 386	4.030
Estrada Ver. Sergio Fontoura Moreira (TF 410)	290
Rodovia Osvaldo Faustino da Silva	560
Rua Baldoino Souza Leal	160
Rua Darci Godoy de Oliveira	100
Rua Dormalina Vargas da Silva	120
Rua Eva da Silva Schuller	110
Rua Fredolino Vieira de Ávila	140
Rua Nildo da Silva	300
Rua Osvaldo Quadros da Silva	180
Rua Osvino Schuller	390
Rua Sem Nome	845
Rua Ver. Adão Castro Silveira de Ávila	410



TF 415	280
Total	7.915

Bairro: Passo Raso – 3º distrito

Nome ou Denominação	Comprimento
Ruas Vila Passo Raso	782
Total	782

Bairro: Boa Vista – 3º distrito

Nome ou Denominação	Comprimento
Ruas Vila Boa Vista	500
Total	500

Bairro: Vila Tieta – 3º distrito

Nome ou Denominação	Comprimento
Ruas Vila Tieta	1.660
Total	1.660

Bairro: Vila Tomaselli – 3º distrito

Nome ou Denominação	Comprimento
Ruas Vila Tomaselli	539
Total	539

3.2. A contratada deves apresentá mão de obra qualificada e apta a realizar os trabalhos propostos, deves dimensionar adequadamente o pessoal, equipamentos e ferramentas ao correto cumprimento do proposto, devendo apresentá-se através do seu coordenador, em equipe, a Secretaria Municipal de Obras, no horário adequado para o início de cada jornada diária. Todos os colaboradores deves agir com civilidade e cortesia para com a comunidade;

3.3. A contratada será responsável integralmente pelos serviços contratados nos termos da legislação vigente, devendo:

3.3.1. Manter disciplina nos locais de serviço, retirando no máximo 24 horas após a notificação, qualquer empregado que mantiver conduta inadequada e ou inconveniente.

3.3.2. Fiscalizar o seu pessoal de modo a apresentarem-se uniformizados, identificados com crachá e foto atualizada e com a correta utilização dos EPIs;

3.3.3. Manter todos os equipamentos, ferramentas, etc., necessários a execução dos serviços em perfeitas condições de uso e segurança, como também identificados;

3.3.4. Assumir todas as responsabilidades inerentes à contratação de prestadores de serviços de acordo com as normas brasileiras pertinentes ao assunto;

3.3.5. Ficar responsável por todas as despesas referentes ao objeto deste projeto, no que se refere a mão de obra, locomoção, alimentação, seguros para acidentes, impostos



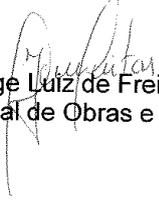
Secretaria de Compras, Licitações e Contratos

municipais, estaduais e federais, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, e quaisquer outras que forem devidas, relativas aos serviços propostos;

3.3.6. Dispor de instalações apropriadas no Município, observando o Plano Diretor e as Licenças necessárias para funcionamento, não sendo permitida a permanência de equipamentos e veículos em vias públicas, fora dos horários de trabalhos;

3.3.7. Por fim a empresa vencedora responsabilizar-se-á por todo e qualquer dano causado direta ou indiretamente ao Município, sua administração ou a terceiros, em decorrência de seus serviços;

Triunfo, 12 de fevereiro de 2020.


Jorge Luiz de Freitas
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos



Prefeitura de
Triunfo
Rio Grande do Sul

Secretaria de Compras, Licitações e Contratos

Anexo IX
Planilhas de Composição de Custos



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, ROÇADA, CAPINA, PINTURA E RASPAGEM DE MEIO FIO, CORTE DE GRAMADAS RUAS

Planilha de Composição de Custos

Síntese dos custos

Item	Custo (R\$/mês)	%
1. Mão-de-obra	R\$ 153.824,34	68,96%
2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	R\$ 10.366,90	4,65%
3. Veículos e Equipamentos	R\$ 12.906,23	5,79%
4. Ferramentas e Materiais de Consumo	R\$ 5.461,58	2,45%
5. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI	R\$ 40.509,86	18,16%
CUSTO TOTAL MENSAL	R\$ 223.068,92	100,00%

Síntese de quantitativos

Mão-de-obra	Quantidade
1.1. Serventes	46
1.2. Motorista Caminhão	1
1.3. Motorista Ônibus	1
1.4. Motorista Kombi	1
1.5. Coordenador	1
Total de mão-de-obra (postos de trabalho)	50

Veículos e Equipamentos

Veículos e Equipamentos	Quantidade
3.1. Veículo Caminhão cap. 5.000kg	1
3.2. Veículo Ônibus	1
3.3. Veículo tipo Kombi	1

Carla Helena de Souza
Coordenadora de Compras
Município de Triunfo



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, ROÇADA, CAPINA, PINTURA E RASPAGEM DE MEIO FIO, CORTE DE GRAMADAS RUAS

Planilha de Composição de Custos

1. Mão-de-obra

1.1. Serventes

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Salário Normal	mês	1	1.150,11	1.150,11	
Horas Extras (100%)	hora		10,46	-	
Horas Extras (50%)	hora		7,84	-	
Adicional de Insalubridade	%	20	1.150,11	230,02	
Soma				1.380,13	
Encargos Sociais	%	72,23	1.380,13	996,87	
Total por servente				2.377,00	
Total do Efetivo	homem	46	2.377,00	109.342,06	109.342,06

1.2. Motorista Caminhão

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Salário Normal	mês	1	1.761,60	1.761,60	
Horas Extras (100%)	hora		16,01	-	
Horas Extras (50%)	hora		12,01	-	
Adicional de Insalubridade	%	20	1.045,00	209,00	
Soma				1.970,60	
Encargos Sociais	%	72,23	1.970,60	1.423,36	
Total por Motorista				3.393,96	
Total do Efetivo	homem	1	3.393,96	3.393,96	3.393,96

(Handwritten signature and stamp)



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, ROÇADA, CAPINA, PINTURA E RASPAGEM DE MEIO FIO, CORTE DE GRAMADAS RUAS

Planilha de Composição de Custos

1.3. Motorista Onibus

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Salário Normal	mês	1	2.712,18	2.712,18	
Horas Extras (100%)	hora		24,66		
Horas Extras (50%)	hora		18,49		
Adicional de Insalubridade	%	20	1.045,00	209,00	
Soma				2.921,18	
Encargos Sociais	%	72,23	2.921,18	2.109,97	
Total por Motorista				5.031,15	
Total do Efetivo	homem	1	5.031,15	5.031,15	5.031,15

1.4. Motorista Kombi

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Salário Normal	mês	1	1.761,00	1.761,00	
Horas Extras (100%)	hora		16,01		
Horas Extras (50%)	hora		12,01		
Adicional de Insalubridade	%	20	1.045,00	209,00	
Soma				1.970,00	
Encargos Sociais	%	72,23	1.970,00	1.422,93	
Total por Motorista				3.392,93	
Total do Efetivo	homem	1	3.392,93	3.392,93	3.392,93

[Handwritten signature and stamp]



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, ROÇADA, CAPINA, PINTURA E RASPAGEM DE MEIO FIO, CORTE DE GRAMADAS RUAS

Planilha de Composição de Custos

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
1.5. Coordenador					
Salário Normal	mês	1	1.380,13	1.380,13	
Horas Extras (100%)	hora		12,55	-	
Adicional de Insalubridade	%	20	1.045,00	209,00	
Adicional Noturno	hora		1,25	-	
Soma				1.589,13	
Encargos Sociais	%	72,23	1.380,13	996,87	
Total por Coordenador				2.586,00	
Total do Efetivo	homem	1	2.586,00	2.586,00	2.586,00



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, FOÇADA, CAPINA, PINTURA E RASPAGEM DE MEIO FIO, CORTE DE GRAMADAS RUAS

Planilha de Composição de Custos

1.4. Vale Transporte						
Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)	
Servente/coordenador	vale	2.444	3,67	8.976,69		
Motorista	vale	156	2,97	463,02		
						9.439,71

1.5. Auxílio Alimentação						
Discriminação	Quantidade	Preço unitário	Desc. func.	Subtotal	Total (R\$)	
Servente/coordenador	1222	17,41	3,31	17.232,77		
Motorista ônibus/automóveis	104	22,00	4,40	1.830,40		
Motorista ônibus/automóveis (Cesta-Básica)	2	141,75	-	283,50		
Motorista Caminhão - Aux.Ref.	52	11,70	2,34	486,72		
Motorista Caminhão - Aux.Alim..	1	88,75	17,75	71,00		
						19.904,39

1.6. Benefício social						
Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)	
Servente/coordenador		47	15,62	734,14		
						734,14

Custo Mensal com Mão-de-obra (R\$/mês)	
	153.824,34



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, ROÇADA, CAPINA, PINTURA E RASPAGEM DE MEIO FIO, CORTE DE GRAMADAS RUAS

Planilha de Composição de Custos

2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual

2.1. Uniformes e EPI's para Serventes

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Jaqueta com reflexivo (NBR 15.292)	unidade	1/6	72,00	12,00	
Calça	unidade	1/3	40,00	13,33	
Camiseta de algodão	unidade	1/2	24,00	12,00	
Boné	unidade	1/6	13,00	2,17	
Tênis de segurança com palmilha aço	par	1/6	53,00	8,83	
Meia de algodão com arno alto	par	1	7,00	-	
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade	1/30	24,00	0,80	
Colete reflexivo	unidade	1/30	26,00	0,87	
Luva de proteção	par	1	13,00	13,00	
Protetor solar FPS 30	frasco 120g	2	16,00	32,00	
Higienização de uniformes e EPI's	mês	1	120,00	120,00	
Total do Efetivo	homem	46	215,00	9.890,00	9.890,00



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, ROÇADA, CAPINA, PINTURA E RASPAGEM DE MEIO FIO, CORTE DE GRAMADAS RUAS

Planilha de Composição de Custos

2.2. Uniformes e EPI's para Motorista

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Jaqueta com reflexivo (NBR 15.292)	unidade	1/6	72,00	12,00	
Calça	unidade	1/3	40,00	13,33	
Camiseta	unidade	1/2	24,00	12,00	
Botina de segurança c/ palmilha aço par	unidade	1/6	53,00	8,83	
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade	1/30	24,00	0,80	
Protetor solar FPS 30	frasco 120g	2	16,00	32,00	
Higienização de uniformes e EPI's	mês	1	80,00	80,00	
Total do Efetivo	homem	3	158,97	476,90	476,90
Custo Mensal com Uniformes e EPI's (R\$/mês)					10.366,90



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, ROÇADA, CAPINA, PINTURA E RASPAGEM DE MEIO FIO, CORTE DE GRAMADAS RUAS

Planilha de Composição de Custos

3. Veiculos e Equipamentos

3.1. Veículo Caminhão cap. 5.000kg

3.1.1. Depreciação

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição dos chassis ¹	unidade	1	90.000,00	90.000,00	
Depreciação dos chassis (60 meses)	%	80	90.000,00	72.000,00	
Depreciação mensal veiculos	mês	60	72.000,00	1.200,00	1.200,00

3.1.2. Remuneração do Capital Investido

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo dos veiculos	unidade	1	90.000,00	90.000,00	
Remuneração mensal de capital	%	0,5	90.000,00	450,00	450,00

3.1.3. Impostos e Seguros

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
IPVA	unidade	1	900,00	900,00	
Licenciamento	unidade	1	90,20	90,20	
Seguro obrigatório	unidade	1	5,78	5,78	
Seguro contra terceiros	unidade	1	1.500,00	1.500,00	
Impostos e seguros mensais	mês	12	2.495,98	208,00	208,00



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, ROÇADA, CAPINA, PINTURA E RASPAGEM DE MEIO FIO, CORTE DE GRAMADAS RUAS

Planilha de Composição de Custos

3.1.4. Consumos

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de óleo diesel / km rodado	km/l	2,50	3,828		
Custo mensal com óleo diesel	km	1,500	1,53	2,296,80	
C. de óleo do motor /1.000 km rodados	l/1.000 km	6,00	9,90		
Custo mensal com óleo do motor	km	1,500	59,40	89,10	
C. de óleo da transmissão /1.000 km	l/1.000 km	0,85	14,95		
Custo mensal com óleo da transmissão	km	1,500	12,71	19,06	
C. de óleo hidráulico / 1.000 km	l/1.000 km	5,00	12,80		
Custo mensal com óleo hidráulico	km	1,500	64,00	96,00	
Custo de graxa /1.000 km rodados	kg/1.000 km	2	14,72		
Custo mensal com graxa	km	1,500	29,44	44,16	
					2.545,12

3.1.5. Manutenção

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição dos chassis	unidade	1	90.000,00	90.000,00	
Custo estim. c/manutenção (60 meses)	%	85	90.000,00	76.500,00	
Custo mensal com manutenção	mês	60	76.500,00	1.275,00	
					1.275,00



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, ROÇADA, CAPINA, PINTURA E RASPAGEM DE MEIO FIO, CORTE DE GRAMADAS RUAS

Planilha de Composição de Custos

3.1.6. Pneus

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do jogo de pneus 275/80 R-22,5	unidade	6	1.500,21	9.001,26	
Custo de recapagem	unidade	2	450,00	900,00	
Custo jg. compl. + recap. / km rodado	km/jogo	35.000	9.901,26	0,28	
Custo mensal com pneus	km	1.500	0,28	424,34	424,34

Total do item 3.1

6.102,46

3.2. Veículo Ônibus

3.2.1. Depreciação

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição dos chassis 1	unidade	1	60.000,00	60.000,00	
Depreciação dos chassis (60 meses)	%	80	60.000,00	48.000,00	
Depreciação mensal veículos	mês	60	48.000,00	800,00	800,00

3.2.2. Remuneração do Capital Investido

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo dos veículos	unidade	1	60.000,00	60.000,00	
Remuneração mensal de capital	%	0,5	60.000,00	300,00	300,00



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, ROÇADA, CAPINA, PINTURA E RASPAGEM DE MEIO FIO, CORTE DE GRAMADAS RUAS

Planilha de Composição de Custos

3.2.3. Impostos e Seguros

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
IPVA	unidade	1	600,00	600,00	
Licenciamento	unidade	1	90,20	90,20	
Seguro obrigatório	unidade	1	10,57	10,57	
Seguro contra terceiros	unidade	1	1.500,00	1.500,00	
Impostos e seguros mensais	mês	12	2.200,77	183,40	183,40

3.2.4. Consumos

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de óleo diesel / km rodado	km/l	2,50	3,828		
Custo mensal com óleo diesel	km	1.500	1,53	2.296,80	
C. de óleo do motor /1.000 km rodados	l/1.000 km	6,00	9,90		
Custo mensal com óleo do motor	km	1.500	59,40	89,10	
C. de óleo da transmissão /1.000 km	l/1.000 km	0,85	14,95		
Custo mensal com óleo da transmissão	km	1.500	12,71	19,06	
C. de óleo hidráulico / 1.000 km	l/1.000 km	5,00	12,80		
Custo mensal com óleo hidráulico	km	1.500	64,00	96,00	
Custo de graxa /1.000 km rodados	kg/1.000 km	2	14,72		
Custo mensal com graxa	km	1.500	29,44	44,16	2.545,12



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, ROÇADA, CAPINA, PINTURA E RASPAGEM DE MEIO FIO, CORTE DE GRAMADAS RUAS

Planilha de Composição de Custos

3.2.5. Manutenção

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição dos chassis	unidade	1	60.000,00	60.000,00	
Custo estim. c/manutenção (60 meses)	%	85	60.000,00	51.000,00	
Custo mensal com manutenção	mês	60	51.000,00	850,00	850,00

3.2.6. Pneus

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do jogo de pneus 275/80 R 22.5	unidade	6	1.500,21	9.001,26	
Custo de recapagem	unidade	2	450,00	900,00	
Custo jg. compl. + recap. / km rodado	km/jogo	70.000	9.901,26	0,14	
Custo mensal com pneus	km	1.500	0,14	212,17	212,17

Total do Item 3.2

4.890,69

3.3. Veículo tipo Kombi

3.3.1. Depreciação

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição dos chassis	unidade	1	20.000,00	20.000,00	
Depreciação dos chassis (60 meses)	%	80	20.000,00	16.000,00	
Depreciação mensal veículos	mês	60	16.000,00	266,67	266,67



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, ROÇADA, CAPINA, PINTURA E RASPAGEM DE MEIO FIO, CORTE DE GRAMADAS RUAS

Planilha de Composição de Custos

3.3.2. Remuneração do Capital Investido

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo dos veículos	unidade	1	20.000,00	20.000,00	
Remuneração mensal de capital	%	0,5	20.000,00	100,00	
					100,00

3.3.3. Impostos e Seguros

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
IPVA	unidade	1	600,00	600,00	
Licenciamento	unidade	1	90,20	90,20	
Seguro obrigatório	unidade	1	5,23	5,23	
Seguro contra terceiros	unidade	1	1.500,00	1.500,00	
Impostos e seguros mensais	mês	12	2.195,43	182,95	
					182,95



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, ROÇADA, CAPINA, PINTURA E RASPAGEM DE MEIO FIO, CORTE DE GRAMADAS RUAS

Planilha de Composição de Custos

3.3.4. Consumos

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de gasolina / km rodado	km/l	7,00	4,690		
Custo mensal com gasolina	km	1.500	0,67	1.005,00	1.005,00

3.3.5. Manutenção

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição dos chassis	unidade	1	20.000,00	20.000,00	
Custo estim. c/manutenção (60 meses)	%	85	20.000,00	17.000,00	
Custo mensal com manutenção	mês	60	17.000,00	283,33	283,33

3.3.6. Pneus

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do jogo de pneus 215/75	unidade	4	490,00	1.960,00	
Custo de recapagem	unidade	2	147,00	294,00	
Custo jg. compl. + recap. / km rodado	km/jogo	45.000	2.254,00	0,05	
Custo do jogo de pneus 215/75 R 12,5	km	1.500	0,05	75,13	75,13

Total do Item 3.3

1.913,09



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, ROÇADA, CAPINA, PINTURA E RASPAGEM DE MEIO FIO, CORTE DE GRAMADAS RUAS

Planilha de Composição de Custos

Custo Mensal com Veículos e Equipamentos (R\$/mês) 12.906,23

4. Ferramentas e Materiais de Consumo

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Enxada	unidade	2	20,00	40,00	
Máquina Roçadeira	unidade	1 1/3	500,00	666,67	
Carrinho de mão tipo pedreiro	unidade	2	80,00	160,00	
Carrinho gari 100 litros	unidade	2	360,00	720,00	
Vassoura de aço	unidade	2	20,00	40,00	
Pá coletora com cabo	unidade	1	28,00	28,00	
Pá de corte	unidade	2	82,00	164,00	
Pá de concha	unidade	3 1/3	82,00	273,33	
Serrrote	unidade	1/4	55,00	13,75	
Tesoura para corte de grama	unidade	3/7	30,00	12,50	
Vassoura de piaçava	unidade	20	32,00	640,00	
Vassoura em PVC para grama com cabo	unidade	20	20,00	400,00	
Soprador a gasolina, com silenciador	unidade	5/6	628,00	523,33	
Foices	unidade	5/6	40,00	33,33	
Trincha tipo broxa com cabo	unidade	7	20,00	140,00	
Baldes de plástico com cap. 10 litros	unidade	1 2/3	4,00	6,67	
Sacos de lixo de 130 litros	unidade	1000	0,60	600,00	
Cal com fixador	kg	1000	1,00	1.000,00	
					5.461,58

Custo Mensal com Ferramentas e Materiais de Consumo (R\$/mês) 5.461,58



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, ROÇADA, CAPINA, PINTURA E RASPAGEM DE MEIO FIO, CORTE DE GRAMADAS RUAS

Planilha de Composição de Custos

CUSTO TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS (R\$/mês) 182.559,06

5. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Benefícios e despesas indiretas	%	22,19	182.559,06	40.509,86	40.509,86

Custo Mensal com BDI (R\$/mês) 40.509,86

CUSTOS MENSAL TOTAL (R\$/mês) 223.068,92

RATEIO DOS CUSTOS MENSAIS

(A) Total de custos mensais: R\$ 223.068,92

Informações para fins de dedução no cálculo da retenção de INSS

Total com materiais e equipamentos, exceto os equipamentos manuais (R\$/mês).....	12.906,23	5,79%
Unitário com materiais e equipamentos, exceto os equipamentos manuais (R\$/ton).....	-	

Encargos Sociais

2. Composição dos Encargos Sociais	
Código	Descrição Valor



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, ROÇADA, CAPINA, PINTURA E RASPAGEM DE MEIO FIO, CORTE DE GRAMADAS RUAS

Planilha de Composição de Custos

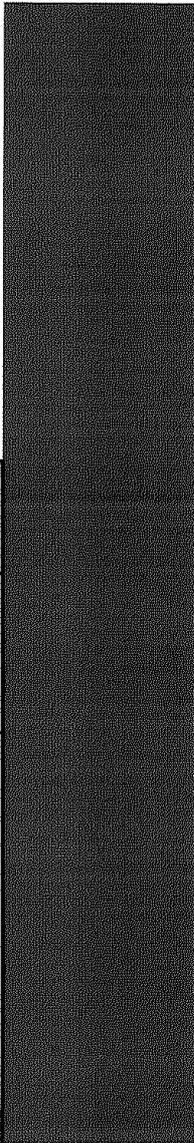
INSS	A1	20,00%
SESI	A2	1,50%
SENAI	A3	1,00%
INCRA	A4	0,20%
SEBRAE	A5	0,60%
Salário educação	A6	2,50%
Seguro contra acidentes de trabalho	A7	3,00%
FGTS	A8	8,00%
SOMA GRUPO A	A	36,80%
Férias gozadas	B1	6,57%
13º salário	B2	8,33%
Licença Paternidade	B3	0,06%
Faltas justificadas	B4	0,82%
Auxílio acidente de trabalho	B5	0,31%
Auxílio doença	B6	1,66%
SOMA GRUPO B	B	17,75%
Aviso prévio indenizado	C1	2,90%
Férias indenizadas	C2	4,54%
Férias indenizadas s/ aviso prévio inden.	C3	0,13%
Depósito rescisão sem justa causa	C4	3,15%
Indenização adicional	C5	0,20%
SOMA GRUPO C	C	10,92%



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, ROÇADA, CAPINA, PINTURA E RASPAGEM DE MEIO FIO, CORTE DE GRAMA DAS RUAS

Planilha de Composição de Custos

Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	D1	6,53%
Reincidência de C10 sobre aviso previsto	D2	0,23%
Judicializada	D	6,76%
SOMA GRUPO D	SOMA (A+B+C+D)	72,23%



Composição do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas

Administração Central	AC	5,00%
Seguros/Riscos/Garantias	SRG	0,25%
Lucro	L	5,00%
Despesas Financeiras	DF	1,00%
Tributos - ISS	T	5,00%
Tributos - PIS/COFINS		3,65%
Fórmula para o cálculo do BDI:		
$\frac{((1+AC+SRG) \times (1+L) \times (1+DF))}{(1-T)} - 1$		
Resultado do cálculo do BDI:		
22,19%		

Carla Teresinha de Castro
Carla Teresinha de Castro
CRA/RS nº 49.597
Prefeitura Municipal de Triunfo